



R\$ 1,1 bi a mais com combustíveis

Ricardo Allan Medeiros
de Brasília

Um dos itens do pacote fiscal anunciado ontem, o aumento do preço de alguns derivados de petróleo na venda das refinarias terá um impacto inflacionário direto de pelo menos 0,21% no IPC da Fipe e aumentará os custos das empresas. O setor de combustíveis será também afetado pelo fim de alguns subsídios. O reajuste dos preços deve provocar um aumento médio de 5% ao consumidor, segundo cálculos do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Aliado ao fim de alguns subsídios, o aumento de preços vai gerar uma receita extra de R\$ 1,16 bilhão no ano que vem. Os recursos serão utilizados para a compensação de dívidas do Tesouro Nacional com a Petrobras, no abatimento do passivo da chamada "conta petróleo, derivados e álcool".

"As medidas trarão um acréscimo médio de receita de cerca de R\$ 100 milhões mensais", disse o secretário de Acompanhamento Econômico, Bolívar Moura Rocha. A "conta petróleo, derivados e álcool", para a qual os recursos serão destinados, já é superavitária em R\$ 60 milhões mensais. Ou seja, este é o montante que a Petrobras repassa ao Tesouro como excedente das compensação de subsídios. O passivo Tesouro com a companhia, do período em que a conta era negativa, está em torno de R\$ 6,5 bilhões, segundo cálculos preliminares da Fazenda.

Sobre o reajuste de outras tarifas públicas, como a de energia elétrica e telefonia, o secretário se limitou a dizer que os aumentos serão feitos no cronograma "normal", que prevê reajustes a cada doze meses. Os aumentos de energia e de telefonia fixa devem ser em maio do ano que vem. O realinhamento das tarifas públicas em geral (com exceção dos combustíveis) deve gerar uma adicional de receita de R\$ 1,8 bilhão no ano que vem.

Os novos preços dos combustíveis começarão a vigorar a partir da próxima segunda-feira. O reajuste máximo da gasolina ao consumidor será de 6,3% nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Com o aumento, entrarão R\$ 48 milhões a mais por mês para a Petrobras.

O maior corte de subsídios vai se dar no álcool anidro, no qual será eliminada a compensação do custo de equalização do preço da cana-de-açúcar utilizada na produção, o que gerará recursos de R\$ 10 milhões. Como o álcool anidro é utilizado, na proporção de 22%, na composição da gasolina, o impacto adicional no preço deste combustível ficará entre 0,1% e 3,7% nas localidades que ainda mantêm o subsídio.

Assim como o anidro, o álcool hidratado não terá aumento direto de preços, mas sofrerá os efeitos do fim do subsídio dos custos de uso dos terminais portuários e dos dutos, anteriormente absorvidos pelo governo. O aumento máximo ao consumidor será de 4%, dependendo das localidades, e os recursos gerados pela medida ficarão em R\$ 8 milhões.

O preço do diesel irá aumentar 5,12% na refinaria, o que deve gerar um impacto médio ao consumidor de 3,5%. O subsídio ao frete também acabou para as regiões Norte, Centro-Oeste e parte do Nordeste. Nas outras localidades, o preço já estava desqualizado. Os preços do diesel na refinaria e ao consumidor continuarão tabelados, sendo liberadas as margens de distribuição e revenda. A medida trará uma receita extra de R\$ 30 milhões mensais. O Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) terá um aumento de 19,2% na refinaria, o que provocará um aumento ao consumidor mínimo de 3,10% (Boa Vista) e máximo de 5,2% (São Luiz). O faturamento extra será de R\$ 10 milhões.

A desqualização irá atingir também o óleo combustível. Em virtude da incorporação dos custos de fretes entre bases de distribuição e o preço final, o Tesouro terá um novo aporte de recursos de R\$ 2,7 milhões por mês. O preço na refinaria terá reajuste de 5%, o que deve provocar um aumento no preço final entre 4,1% e 11,4%. O último reajuste de combustíveis foi em dezembro do ano passado.

colaborou:

Liliana Enriqueta Lavoratti

GAZETA MERCANTIL

11 NOV 1997